

24 horas
em polvor

V. Gonçalves reúne com ministros sem pasta

Um encontro com caráter exclusivamente consultivo, sem qualquer decisão de natureza política, teve lugar no Palácio Nacional da Marinha, sob a presidência de Vitor Gonçalves, no âmbito de um programa de trabalho para o primeiro trimestre de 1975.

Participaram, além de Vitor Gonçalves, Vasco Sá, João António de Castro, António Costa, Amadeu Soares, Vítor

Dois administradores para o Banco de Portugal e taxa de risco político

Multinacionais de credores para Cabora-Bassa

O Banco de Portugal decidiu aceitar a oferta de financiamento das multinacionais de credores para Cabora-Bassa, o que representa uma vitória importante para o projeto de desenvolvimento da zona.

CDS Só falta na Guarda

O CDS só falta na Guarda, onde o partido está ainda a organizar-se para as eleições locais.

PC, PPD e PS em campanha

O PC, PPD e PS estão em plena campanha para as eleições municipais de 1975.

Cunhal ataca PPD e PS

Cunhal ataca o PPD e o PS, criticando a sua atuação política e a sua capacidade de liderança.

Um encontro com caráter exclusivamente consultivo, sem qualquer decisão de natureza política, teve lugar no Palácio Nacional da Marinha, sob a presidência de Vitor Gonçalves, no âmbito de um programa de trabalho para o primeiro trimestre de 1975.

Participaram, além de Vitor Gonçalves, Vasco Sá, João António de Castro, António Costa, Amadeu Soares, Vítor

Um encontro com caráter exclusivamente consultivo, sem qualquer decisão de natureza política, teve lugar no Palácio Nacional da Marinha, sob a presidência de Vitor Gonçalves, no âmbito de um programa de trabalho para o primeiro trimestre de 1975.

Participaram, além de Vitor Gonçalves, Vasco Sá, João António de Castro, António Costa, Amadeu Soares, Vítor

Sec. Est. Pesca desmente base pesqueira russa na Madeira

O Secretário de Estado da Pesca afirma que a base pesqueira russa na Madeira não é sustentável e que a atividade deve ser limitada.

Esta declaração é considerada uma desmentida das alegações de que a base pesqueira russa na Madeira é sustentável e que a atividade deve ser limitada.

O Secretário de Estado da Pesca afirma que a base pesqueira russa na Madeira não é sustentável e que a atividade deve ser limitada.

O Secretário de Estado da Pesca afirma que a base pesqueira russa na Madeira não é sustentável e que a atividade deve ser limitada.

Expresso

DIRETOR: FRANCISCO FINTO BALBESÁRIO

CONSELHEIRO RESPONSÁVEL: AUGUSTO DE CARVALHO-MARCELO FERRAS DE SOUSA

IMPRESSÃO: S. G. L.

Semana Santa de angústia em Angola

Os portugueses de Angola vivem uma semana de angústia e de preocupação, pois a situação política e social no país continua a ser instável.

A situação política em Angola continua a ser instável, com rumores de mudanças de liderança e de conflitos internos.

O povo angolano vive em estado de alerta, preocupado com o futuro do país e com a sua própria segurança.

A situação política em Angola continua a ser instável, com rumores de mudanças de liderança e de conflitos internos.

O povo angolano vive em estado de alerta, preocupado com o futuro do país e com a sua própria segurança.

A situação política em Angola continua a ser instável, com rumores de mudanças de liderança e de conflitos internos.

O povo angolano vive em estado de alerta, preocupado com o futuro do país e com a sua própria segurança.

A situação política em Angola continua a ser instável, com rumores de mudanças de liderança e de conflitos internos.

O povo angolano vive em estado de alerta, preocupado com o futuro do país e com a sua própria segurança.

A situação política em Angola continua a ser instável, com rumores de mudanças de liderança e de conflitos internos.

O povo angolano vive em estado de alerta, preocupado com o futuro do país e com a sua própria segurança.

A situação política em Angola continua a ser instável, com rumores de mudanças de liderança e de conflitos internos.

O povo angolano vive em estado de alerta, preocupado com o futuro do país e com a sua própria segurança.

A situação política em Angola continua a ser instável, com rumores de mudanças de liderança e de conflitos internos.

O povo angolano vive em estado de alerta, preocupado com o futuro do país e com a sua própria segurança.

A situação política em Angola continua a ser instável, com rumores de mudanças de liderança e de conflitos internos.

O povo angolano vive em estado de alerta, preocupado com o futuro do país e com a sua própria segurança.

- Reflexões sobre o actual momento político **IV GOVERNO PROVISÓRIO** Editorial Pág. 10
- Os 4 Governos Provisórios **Análise da remodelação ministerial** Pág. 17
- Reflexões sobre o actual momento político **Análise da remodelação ministerial** Pág. 17
- Portugal (o desenvolvimento da economia e a economia) Pág. 13
- Saúde e (E)légia (do centro e substituição) Pág. 8

Portugal em 1975

Mesa redonda sobre a criminalidade em Portugal em 1975

O. Sarilho de Carvalho, Mário Cardoso, Manuel Pinto, Helena Rodrigues, Helena Rodrigues, Helena Rodrigues, Helena Rodrigues

Maria Karyniz em Lisboa fala de cinema político **Portugal em 1975**

Pág. 1

Mário Murteira: desemprego é mais grave que inflação

O desemprego é mais grave que a inflação, afirma Mário Murteira, pois afecta directamente a vida das pessoas e a economia do país.

Mário Murteira defende que o governo deve focar-se em reduzir o desemprego, em vez de apenas combater a inflação.

Segundo Mário Murteira, a inflação é um fenómeno necessário, mas o desemprego é o verdadeiro problema a ser resolvido.

O desemprego é mais grave que a inflação, afirma Mário Murteira, pois afecta directamente a vida das pessoas e a economia do país.

Mário Murteira defende que o governo deve focar-se em reduzir o desemprego, em vez de apenas combater a inflação.

Segundo Mário Murteira, a inflação é um fenómeno necessário, mas o desemprego é o verdadeiro problema a ser resolvido.

O desemprego é mais grave que a inflação, afirma Mário Murteira, pois afecta directamente a vida das pessoas e a economia do país.

Mário Murteira defende que o governo deve focar-se em reduzir o desemprego, em vez de apenas combater a inflação.

Segundo Mário Murteira, a inflação é um fenómeno necessário, mas o desemprego é o verdadeiro problema a ser resolvido.

O desemprego é mais grave que a inflação, afirma Mário Murteira, pois afecta directamente a vida das pessoas e a economia do país.



o relógio usado nas viagens espaciais



V. Gonçalves reúne com ministros sem pasta

OS MINISTROS SEM PASTA reuniram-se ontem com o primeiro ministro, na residência de S. Bento. O objectivo deste primeiro encontro oficial de membros do IV Governo Provisório foi a troca de regras de funcionamento do Conselho de Ministros, quer quanto ao plenário, quer quanto aos conselhos restritos que se prevê venham a ser criados, dentro da preocupação de eficácia que norteou a recente remodelação ministerial.

Vasco Gonçalves, Alvaro Cunhal, Magalhães Mota, Mário Soares e Pereira de Moura voltam a reunir-se na próxima segunda-feira, prevendo-se que nesse dia ou pouco tempo depois se efectue a primeira sessão plenária do IV Governo Provisório.

Dois administradores para o Banco de Portugal e taxa de risco político

DOIS novos administradores foram nomeados para o Banco de Portugal a juntar os quatro designados no começo desta semana. São eles o dr. José Matos Torres e Valter Marques que irão completar o elenco responsável pelo Banco Central. O prof. Jacinto Nunes continua como governador daquele Banco, faltando nomear os dois vice-governadores habituais que normalmente deverão sair do lote da administração.

Numa reunião realizada antecorrem ao fim da tarde entre a nova equipa ministerial, a administração do Banco de Portugal e os comités administrativos, procurou-se definir a política de crédito do país, e assegurar uma coordenação eficaz entre os três organismos, reconhecendo-se a urgência de tomar medidas inovadoras para o sector bancário. De facto, o papel de "bombeiro" do Banco de Portugal, não pode durar eternamente; ao ritmo actual, as nossas dividas devem esgotar-se até Novembro e mesmo que se dê uma revalorização do ouro, a sua duração só se prolonga por mais dois anos. Entretanto, o boicote económico já começou (ver notícia pág. 13). Portugal, à semelhança do que se passa na Europa tem de pagar geralmente por empréstimo, uma taxa adicional de risco político de 3%.

Multinacionais de credores para Cabora-Bassa

NA SEQUÊNCIA das negociações que têm decorrido entre os representantes dos governos de Portugal e de Moçambique, para solucionar os problemas levantados em relação à barragem de Cabora-Bassa, prevê-se a constituição de uma empresa multinacional de credores. A Portugal ficará reservado o papel de intermediário nas relações a estabelecer entre a ex-colónia portuguesa e aquela empresa.

As negociações entre as duas delegações estão numa fase bastante avançada, sendo de esperar a saída de um comunicado público muito em breve.

Os capitais interessados no empreendimento são principalmente de origem alemã e sul-africana.

CDS Só falha na Guarda

CONFIRMARAM-NOS ontem à tarde, do Ministério da Administração Interna, que o Partido do Centro Democrático Social (C.D.S.) participou no acto eleitoral para a Assembleia Constituinte em todos os circulos eleitorais com excepção do da Guarda.

As listas do C.D.S. tiveram de ser quase todas desfiladas e reformuladas de novo devido à coligação com o Partido da Democracia Cristã (P.D.C.) que foi proibido de concorrer as eleições para a Constituinte.

PC, PPD e PS em campanha

MÁRIO SOARES iniciará no Alentejo a campanha eleitoral do Partido Socialista, sendo de prever que uma equipa da televisão, tal, a acompanhará na sua deslocação. Entretanto Magalhães Mota começará a campanha do PPD na noite de um para dois numa elegação seguida de outra livre organizada na sede de Lisboa. Cobrará grande parte da campanha do PPD uma equipa de televisão da B.B.C. Alvaro Cunhal deverá deslocar-se no decurso da campanha eleitoral a todos os distritos do continente, assim dando ênfase à actividade eleitoral do PCP.

Cunhal ataca PPD e PS

O PONTO culminante do comício promovido pelo P.C.P., ontem à noite, no Pavilhão dos Desportos (que se encontrava com a sala preenchida de militantes e simpatizantes) foi o da alocação do seu secretário-geral, que atacou violentamente a posição do P.P.D. e criticou a "indefinição do Partido Socialista". Nesta linha de considerações, afirmou Alvaro Cunhal:

"Os partidos que não acreditavam na possibilidade de uma tentativa de golpe da direita, face aos acontecimentos do 11 de Março, deviam fazer agora a sua autocritica, se realmente forem capazes. Foram esses partidos que, com a sua acção, facilitaram a preparação das condições políticas para o desencadeamento do golpe reaccionário."

E após se referir à aliança povo-M.F.A. e à necessidade de ter em conta a dinâmica da revolução portuguesa, Alvaro Cunhal sublinhou: "Verificam-se, e certo, factores negativos que o nosso partido referiu, nomeadamente em relação à participação continuada do P.P.D. no Governo Provisório. Difícilmente se pode compreender que um partido que desenvolve uma actividade manifestamente contra o processo revolucionário seja considerado aliado e não só fique na coligação governamental como fique com posições reforçadas. Porque, na verdade — adiantou o secretário-geral do P.C.P. — poderá ser considerado como aliado um partido que tem conduzido uma sistemática campanha contra a M.F.A., contra outras forças democráticas e que tem contrariado, passo a passo, todas as linhas progressistas? Poderá considerar-se como aliado um partido que toma como alvo dos seus ataques o P.C.P.?"

Também em relação ao Partido Socialista Alvaro Cunhal demonstrou o seu azedume ao afirmar: "Apesar das recentes acordos entre delegações do nosso partido e do P.S. é de lamentar que o Partido Socialista continue, um pouco por toda a parte, na imprensa portuguesa e na Imprensa estrangeira, a sua propaganda contra o nosso partido e não defina, com clareza suficiente, a sua posição em relação à situação presente e às perspectivas da revolução democrática."

Antes de Alvaro Cunhal tinham falado outros elementos preponderantes do Comité Central daquele partido, como Jaime Serra, Eugénio Domingues, Joaquim Ramos, Lopes de Almeida e Mariana Rafael.

Presidiu à mesa José Magro, que numa das suas intervenções garantiu que "o P.C.P. não recebe dinheiro nem da Bélgica, nem da Alemanha, nem da China, e, para fazer face à campanha eleitoral, precisa de gastar milhares de contos", pelo que solicitava a ajuda monetária dos presentes. O seu pedido foi quase de seguida atendido com a oferta de mais de cinco mil pesetas de espanhóis antifrancistas presentes na sala.

MFA, partidos, eleições e via socialista

TANTO O COMENTÁRIO sobre o momento político (ver pág. 2), com as análises acerca da remodelação ministerial (ver págs 15 e 17) que hoje publicamos são bem claros ao salientar que o MFA, com o fortalecimento e a embalagem adquiridos a 11 de Março, vai marcando distâncias em relação aos partidos políticos. Continuará a distinguir-se a existência de correntes dentro do MFA, mas o que é certo é que, desde as entrevistas de Correia Jesuino às declarações de Ramiro Correia, se torna cada vez mais clara a tendência para os partidos passarem a lugar secundário.

A entrevista recentemente concedida pelo primeiro ministro a um jornal alemão, vem aliás, confirmar a já chamada «independentização» do MFA. Vasco Gonçalves foi claro ao defender a necessidade do Conselho da Revolução ser inserido (como órgão supremo de soberania, presume-se) na Constituição e poder ratificar o texto definitivo aprovado pela Constituinte.

Sendo assim — e prevendo-se que o Conselho da Revolução permanecerá, com os actuais poderes, durante alguns anos — qual o papel dos partidos, que significado terão as eleições, para que servirá a Assembleia Constituinte?

Através de Rosa Coutinho, o Conselho da Revolução parece ter principiado a chamar os directórios dos partidos políticos que concorrem às eleições, para lhes comunicar o que entende sobre a presença do MFA no futuro político (e constitucional) do país. Nessa ocasião, poderá suceder que certos partidos aceitem os pontos de vista do Conselho da Revolução e outros não. E de admitir, no entanto, que os partidos da coligação, que são os mais fortes e representativos, manifestem, com mais ou menos reticências, o seu acordo, visto que ingressaram no IV Governo Provisório com plena consciência da permanência e dos poderes do Conselho da Revolução.

Se assim acontecer, a redacção da Constituição perderá muito do seu interesse, por estarem traçadas, a priori, as suas linhas gerais e, por imposição da disciplina partidária, comprometidos os deputados a votá-las.

As eleições não perderão por isso toda a sua importância. Só através delas se conhecerá a composição política de Portugal, corrigindo-se os empoamentos dos órgãos de informação e as «certezas» de certas vanguardas. Só através delas passará a haver representantes do povo, por ele eleitos, em sufrágio directo, e universal e secreto.

O Conselho da Revolução — quer se aprove ou desaprove a sua existência — não poderá deixar de desejar as eleições, para conhecer o país real que governa, e de ter em conta os resultados que elas revelarem. Os partidos, por seu lado, libertados da tensão em que, desde o 26 de Abril, se deixaram envolver, poderão abandonar a política de campanário que actualmente praticam e colaborar entre si e com o MFA na construção do Portugal novo por que continuamos a esperar.

É numa base realista de aproximação e não de oposição que se tem de processar as relações entre o MFA e os partidos, tomando, evidentemente, em conta o poder real do MFA e as posições relativas dos partidos decorrentes do acto eleitoral.

Mas não esquecendo que o êxito da via socialista irreversivelmente traçada depende das cedências que uns e outros forem capazes de fazer. E tendo sempre bem presente que só trabalhando muito a sério se conseguirá, ao mesmo tempo, realfirmar a independência nacional, vencer, em termos progressistas, uma crise económica profunda, aguentar as resacas da descolonização (veja-se o que se passa em Angola) e pôr termo a uma crise de autoridade detectável no país a todos os níveis.

SEABRA, José Augusto

A PÁGINA DE Opinião, uma das mais controvertidas (e lidas de EXPRESSO pretende dar voz a opiniões diversas oriundas de quadrantes políticos e ideológicos, diversos não cabendo à Direcção ou à Redacção do jornal qualquer responsabilidade sobre o que nos textos que nela são publicados se afirma.

Esta página existe porque no EXPRESSO se acredita que o livre confronto de opiniões pode ser fecundo, pode contribuir para um esclarecimento que conduza a tomadas de posição eventualmente diferentes (e é na medida em que isso se verificar que teremos a prova da nossa razão). A selecção que fazemos dos textos que publicamos — e que, na sua maior parte são enviados por leitores do jornal — não obedece a outro critério que não seja o da qualidade (mínima) e da actualidade dos temas focados.

De uma recente carta de Eduardo Prado Coelho (publicada no nosso n.º de 1/3), retivémos, não a escusada violência mas a lúcida crítica quando, por entre (ab) — usadas acusações de "anti-comunismo" ao nosso jornal (que nos surpreendeu vê-lo tão simplicitamente compartilhar) — dizia: "jogando no mito da independência e da abertura a todos os sectores, o EXPRESSO oferece aos seus leitores, um texto extremamente contraditório, trabalhado pelos mais variados códigos ideológicos e indecifrável na mul-

tiplicidade desses códigos, na habilidade das alusões e na diversidade das escritas para qualquer leitor que não tenha uma imensa informação política..."

"Habilidades" e "alusões" postas à parte, reconhecemos a Prado Coelho alguma razão quanto à dificuldade para um eventual leitor de "situar" todos os artigos no seu contexto próprio. Por isso, a partir de hoje, procuraremos introduzir os artigos e os autores de modo a permitir uma leitura mais "situada", certos de que é continuando a publicar lado a lado Prado Coelho e Cesariny (n.º 113 — Suplemento) ou M. Sertório, Mário Murteira, Cunha Rego e Mota Amaral (n.º 110) que fazemos o jornal que interessa.

Resta-nos deixar aqui um pedido a todos os que nos enviarem artigos para que os façam acompanhar de um curto curriculum.

NESTA página fala hoje José Augusto Seabra (escritor, até ao 25 de Abril residente em Paris, agora professor na Faculdade de Letras do Porto e candidato pelo PPD) de (hetero) política, glosando o tema da liberdade; dois médicos tomam posição face ao aborto, no seguimento de um "dossier" que aqui abrimos há semanas atrás. Finalmente, um curto comentário ao capítulo dedicado à Saúde no Programa de Política Económica e Social em que se critica o facto de ele não propor medidas de fundo, nem pôr em causa o sistema, pecando as medidas a curto prazo propostas por falta de operacionalidade.

José Augusto Seabra

Por uma heteropolítica

«Há que ser objecto ou sujeito de política; não há outra escolha.»
(B. Brecht)

SÓ PARA aqueles que absolutizam a política, trazendo absolutamente a sua instância do domínio do relativo para o de um qualquer totalitarismo da ideologia ou do sistema, será ainda concebível o conhecido alarimo de Mauriac: «politique d'abord». Em Portugal, como se sabe, foi Salazar, seu provinciano discípulo, quem lhe deu a tradução mais radical: o primado da política transformou-se no exclusivismo da política, nos vários sentidos, referenciais e conativos, do termo. Uma só política, política de um só — tal é finalmente a lógica do absolutismo político, que acaba por desembocar em ditaduras alternativas e sucessivas: Hitler e Staline são, para a memória das gerações contemporâneas, que a não tenham curta, os paradigmas extremos, sempre a revidarmos,

Sobretudo nós portugueses, que mal saímos de uma das ditas que durou de facto (para parafrasear o Mário Cunha...) batendo todos os records modernos: meio século de poder absoluto, nos seus sucessivos avatares. Partindo do baptismo de fogo da ditadura militar, o mauriacismo à portuguesa lá foi esposando as formas do fascismo, do corporativismo e mesmo da «democracia orgânica», até desentocar enfim, após a morte do pai, ao que poderíamos chamar o clima (vergonhado) do filho, pequeno Mussolini fãlhado de trazer por casa, que acabou por deixar cair o facho das mãos.

Ora, esta longevidade do mauriacismo fascizante não podia deixar, segundo uma lei da psico-sociologia política, de exercer uma fascinação morbida sobre muitos daqueles que, opondo-se-lhe como vítimas, acabaram por lhe observar, não dialecticamente mas por contraposição essencial, as conseqüências

totalitárias. E assim, em vez de negar a sua própria negação, não se fixaram obstinadamente, continuando, mesmo depois de recuperada a liberdade, a prolongar-lhe os reflexos. Recusando-se a tirar as conclusões lógicas de uma mudança de sistema, em vez de operar-se, com todas as contradições e hesitações inerentes, há quem se agarre a uma nostalgia estrutural dos métodos do regime depondo, em que vemos o absoluto da instância política aparecer como leit-motiv inquietante. O facto de hoje tal absoluto proliferar em inúmeros filhos e netos, legítimos ou ilegítimos, através de uma reprodução por claripidade que revela a impotência para uma fecundação autóbola, não faz senão accentuar, a exasperação de uma nostalgia da «unicidade perdida»: cada um recusa o outro em nome do primado de uma só política — a sua.

Felizmente, o povo português, quanto a ele, que sofreu na sua

carne as conseqüências da ditadura fascista, não parece deixar-se seduzir pelos apelos ao absolutismo político com que daqui ou dali certos profetas negro-lhe acenam. Ele quer ver progressivamente resolvidos os seus problemas económicos, sociais e culturais através de uma opção livre pelas várias políticas que lhe são propostas e que correspondem à diversidade da sua composição, das suas aspirações, das suas ideias ou crenças; ele quer ver em suma a política, as políticas, ao serviço dos homens, não os homens ao serviço da política, e muito menos de uma política exclusiva, por mais «revolucionária» que seja. Numa palavra: ele quer viver numa democracia pluralista e não numa autocracia monopolista. Por isso, desencantado do mesmo ideal do absoluto e do abstracto, lá vai começando a ter consciência do relativismo das ideologias e a determinar-se pela concreção dos programas, pelas soluções dadas às

suas dificuldades quotidianas, pelas atitudes perante a vida vivida que os homens políticos exprimem (ou não) através das suas línguas.

Aos democratas e anti-fascistas responsáveis, que combateram sem tréguas o maurrassianismo salazarista/castanista — e que por isso não têm lúden a receber dos revolucionários seditos — cabe neste momento um papel talvez decisivo, face à tentação dos extremismos absolutizantes, tão sedutores para a má consciência ou o conforto político de alguns: o de chamarem a atenção para o risco de as transigências com as formas hoje aparentemente anónimas do vírus ditatorial fazerem o leito de totalitarismos potenciais, que podem começar à esquerda e terminar à direita, como experiências recentes o têm demonstrado.

Quanto aos intelectuais, particularmente atraídos entre nós pelas «purezas» ideológicas ou pelas «inocências» líricas, sem

muitas vezes se aperceberem sequer da instrumentalização a que inconscientemente se prestam, importa-lhes pelo seu lado exercerem uma dupla função: a de uma vigilância crítica perante as alienações do maurrassianismo monológico e a de uma coragem exemplar perante as opções que lhes são propostas pelo pluralismo e diálogo político. O que não é contraditório, antes pelo contrário, com a adesão a um partido — pois que de partidos, em política, nas circunstâncias presentes se trata. Mas a política terá que ser hoje, necessariamente, uma política outra, que pressuponha e admita uma política do outro — numa palavra, uma heteropolítica.

Assim, longe de absolutizar a instância do político, terá que começar-se por relativizá-la e reconduzi-la à função mediadora que é a sua. Se absoluto houver, ele reside no único valor que para todo o homem criador é intangível: a liberdade de assentir a sua linguagem.

IV Governo Provisório

PREOCUPAÇÃO DE EFICÁCIA À SOMBRA DO C.S.DA REVOLUÇÃO

CERCA DE 15 DIAS demorou a fatura do elenco do IV Governo Provisório, ou seja o período de tempo mais longo para uma remodelação governamental desde o 25 de Abril de 1974.

Iniciada logo na sequência da última Assembleia dos 200 (alargada a sargentos e praças) do dia 12 de Março, a sua primeira característica é a de que visa sobretudo formar um Governo executivo.

A criação do Conselho da Revolução, veio colocá-lo no centro do poder político em Portugal: compete-lhe além do poder constituinte vindo do anterior Conselho de Estado, o poder legislativo ordinário sobre certas matérias fundamentais (designadamente socio-económicas), e o poder de deliberação superior sobre os temas políticos essenciais (além da faculdade legislativa em matéria militar, recebido do Conselho dos Chefes do Estado Maior das Forças Armadas).

O 4.º Governo Provisório detém, por junto, um poder legislativo mais apagado e, fundamentalmente, funções executivas. Pretende-se, pelo menos, que seja um mecanismo operacional na execução da legislação criada e na reestruturação dos serviços, mais do que um órgão de cúpula em permanente deliberação, mas totalmente desligado da actuação concreta (defeito este apontável a qualquer dos três anteriores Governos Provisórios).

CERCA DE 15 dias decorreu a leitura do elenco do IV Governo Provisório, ou seja, o período mais longo dependido numa remodelação governamental, desde o 25 de Abril de 1974.

Iniciada logo na sequência da última Assembleia dos 200 (atarragada a targetos e prazos) do dia 12 de Março, a sua primeira característica é a de que visa sobretudo formar um Governo executivo.

A criação do Conselho da Revolução, veio colocá-lo no centro do poder político em Portugal; compete-lhe além do poder constituinte vindo do anterior Conselho de Estado, o poder legislativo ordinário sobre certas matérias fundamentais (designadamente socio-económicas), e o poder de deliberação superior sobre os temas políticos essenciais (além da faculdade legislativa em matéria militar, reservada do Conselho dos Chefes do Estado-Maior das Forças Armadas).

O IV Governo Provisório detém, por jure, um poder legislativo mais apagado e, fundamentalmente, funções executivas. Pretende-

se, pelo menos, que seja um mecanismo operacional na execução da legislação criada e na reestruturação dos serviços, mais do que um órgão de cúpula em permanente deliberação, mas totalmente desligado da actuação concreta (defeito este apontável a qualquer dos três anteriores Governos Provisórios).

Prioridade a uma maior eficácia governativa foi, pois, o primeiro leitmotiv da remodelação no pensamento do Conselho da Revolução e do primeiro ministro.

Para tanto, actualizou-se a distinção de funções entre o super-ministério formado pelo Primeiro-Ministro e pelos ministros sem pasta e o resto do Governo, a que competirá uma actuação ainda mais predominantemente executiva. O gabinete restrito terá funções de coordenação e de difusão de algumas das principais linhas políticas. Por outro lado, cada um dos ministros sem pasta poderá vir a ser a seu cargo a superintendência, por delegação do Primeiro Ministro, em Conselhos de Ministros especializados. Assim se concretizara, de forma mais efectiva do que até à actualidade,

princípio da coligação governativa.

É, aliás, natural que participem no super-ministério também os ministros do Planeamento e Coordenação Económica e da Comunicação Social (um e outro sem filiação partidária). O primeiro devido à sua posição de adjunto do primeiro ministro para a coordenação dos vários ministérios económicos. O segundo atendendo à utilidade de assuir, ainda que sem voto deliberativo, a todas as sessões de Conselhos ministeriais restrictos, até para melhor se cumprir a função específica do seu Ministério: informação cabal da estrutura administrativa e da opinião pública em geral.

Os restantes ministros terão sobretudo uma actividade executiva, participando com maior frequência nos Conselhos especializados (que poderão reunir várias vezes numa semana), do que no Conselho Pleno (que poderá vir a ser muito mais espaçado do que tendia a ser na vigência do III Governo Provisório). No fundo, esta sua posição explicita facilmente a passagem de várias Secretarias de Estado para Ministérios.

Governo mais civil a 4

Uma segunda preocupação na condução das negociações preliminares à formação do presente Governo foi a de transformar num órgão essencialmente civil, conforme expressamente constava do Programa do MFA.

E, de facto, não só o número absoluto de ministros militares diminuiu (8 em vez de 9), como sobretudo a percentagem destes no Governo total e agora, sensivelmente menor (38% em vez de 53%). Este facto poderia parecer entrinçado a qualquer observador desprevenido, num momento em que se acentua a institucionalização do MFA, mas é perfeitamente compreensível se pararmos no Conselho da Revolução, e na função mais subalterna para que foi nomeado o Governo Provisório. Nestes termos, até já poderá a sua composição ser mais marcadamente civil. Não será esse facto, que alestará a afirmação

política do M. F. A., supra-partidária.

A terceira nota dominante da remodelação é o alargamento da coligação ao poder, com a nova entrada em linha do MDP/CDE. Conforme o EXPRESSO explicou já no último número (pag. 1), a proposta feita aos partidos desde o início foi a de que a cada um deles saberiam um ministro sem pasta e um ministro com pasta.

AO MDP/CDE veio a caber um lugar de ministro sem pasta, preenchido por Pereira Moura, e, embora não oficialmente um ministro com pasta, o eng.º José Joaquim Fragoso (conhecido militante da base de Benfica deste Partido, com apreciável experiência profissional no sector bancário). Assim, o MDP/CDE fica no Governo com uma posição formalmente idêntica à dos três restantes partidos, posição esta substancialmente refo-

çada pelo facto de, muito provavelmente, vir a caber a Pereira de Moura (regressado do Governo depois de 6 meses de «reserva de Estado») apoiar o Ministro para o Planeamento e Coordenação Económica Mário Mursara (independente do MDP/CDE que é considerado como próximo do MDP/CDE, e era, com Pereira de Moura, conselheiro do Primeiro Ministro Vasco Gonçalves). O MDP/CDE fica, portanto, com uma implantação apreciável no plano dos Ministérios económicos.

Se algum houve que tivesse ficado vencido quanto à forma da participação do MDP/CDE no Governo Provisório, esse alguém foi o PS, que levantara objecções a que ele tivesse um ministro sem pasta. Já o PPD (que se opusera à entrada do MDP/CDE quer no I, quer no III Governo Provisório), desta feita, parece não ter suscitado esse obstáculo.

Quem ganhou e quem perdeu?

Vale, a pena analisar agora quem ganhou e quem perdeu (leia-se que partidos ganharam ou perderam) com a presente recomposição governativa. É a primeira conclusão é a de que ninguém perdeu em termos globais com a nova estrutura do Governo. Alguns dos Partidos ganharam mais do que outros — mas o equilíbrio encontrado evitou que se possa falar em desaire absoluto de qualquer dos partidos envolvidos nas negociações.

O primeiro ganhante foi, obviamente, o MDP/CDE. Corolário da sua actuação em 11 de Março e dias subsequentes tem que o próprio PCP como que foi ultrapasado pela demonstração de massas daquele partido), a posição do MDP/CDE no IV Governo Provisório é triplamente significativa: pela igualdade alcançada com os três parceiros; pela responsabilidade no domínio económico; pelo facto de tudo isto se verificar a 10 dias do começo da Campanha Eleitoral. O MDP/CDE poderá, agora, enfrentar a campanha com mais tranqüilo estado de espírito política portuguesa que é o de ser um partido do Governo de coligação.

O segundo ganhante com a remodelação foi — por curioso que possa parecer — o PPD. Delimitado a partir do II Governo Provisório, o PPD veio mesmo a ser, depois de 11 de Março, alvo de acatuações contundentes de vários outros partidos (entre eles o próprio PCP), orientadas contra a sua manutenção no Governo.

É certo que o PS poderá, ao início, a condução da presença do PPD para que a sua entrada no Governo se concretizasse. Mas, mesmo assim, para muitos observadores políticos, parecia duvidativa a participação do PPD.

Ora, este partido não só ficou no Governo, como aumentou o número de ministros e passou a deter duas secretarias de Estado (Saúde e Segurança Social). Além

da permanência de Magalhães Mota, a pasta atribuída ao PPD não foi a dos Transportes e Comunicações (que um membro do PPD dificilmente poderia gerir), mas a dos Assuntos Sociais. Entrou para ela Jorge Sá Borges, Vice-Presidente da Comissão Política Nacional do Partido.

Negociando sem ambições excessivas, o PPD deve ter deixado claro o seu desejo de cooperar com a nova fase do processo revolucionário em curso para o que deverá clarificar algumas das suas posições em sentido mais progressista. E o Primeiro Ministro deve ter sido sensível ao impiedosa cooperação, quer em vários sectores da opção pública interna (v.g. norte e centro do país) quer em circuitos externos acentuados à evolução política portuguesa.

É possível que tal como o MDP/CDE, o PPD tenha a fazer render este acréscimo de posição no Governo para efeitos eleitorais.

O PCP foi o terceiro ganhante, embora — como muitas vezes tem sucedido — se possa também admitir que dieter isto e sustentar a sua posição.

Mantendo o ministro sem pasta, Alvaro Curral, o PCP aumentou o número de ministros com a nomeação de Veiga Oliveira — militante antifascista de relevo e membro destacado do Partido — para os Transportes e Comunicações. Além desta acréscimo, que recoloca o PCP na situação que tinha no 1.º Governo Provisório, a pasta dos Transportes e Comunicações, é particularmente importante. Em primeiro lugar, ela diz respeito a um sector que a história tem revelado ser utilizado de forma prioritária por golpes contrarrevolucionários. A presença do PCP permitir-lhe-á estar atento e operante em relação a essas eventualidades. Em segundo lugar, tem sido no domínio dos transportes e comunicações que têm ocorrido alguns dos mais com-

plexos conflitos de trabalho em que o PCP tem sido directamente em fazer vingar a sua linha de orientação (como, de resto, também tem experimentado dificuldades próprias Governo Provisório como um todo): TAP, CTT e outros.

O Partido Socialista foi o menos ganhador dos 4 partidos da coligação, apesar de se ter desdobrado em propostas e objecções durante todo o processo da remodelação (ou talvez até por isso mesmo).

Das posições que defendeu algumas obtiveram vésicimo, como a permanência de Salgado Zenha na pasta da Justiça, como a não nomeação para a Agricultura de um ministro indicado pelo PCP, como a óbvia continuação do Governo de Médio Anos.

Mas muitas outras (e não menos importantes) não fizeram vésicimo: os limites à entrada do MDP/CDE em pé de igualdade com os 3 outros partidos; alguns dos nomes sugeridos para a Agricultura; a permanência de Costa Brás no Governo.

Por outro lado, a nomeação de Mário Soares para ministro sem pasta, se lhe vem permitindo uma disponibilidade política interna importante, sobretudo em período de campanha eleitoral, não detra do o afastar de uma base fundamental para as relações com o exterior, que tanto cultivou durante os 11 meses de Governo. É certo que Jorge Campinos continua secretário de Estado, mas, mesmo assim, a saída de Mário Soares dos Negócios Estrangeiros vem ao encontro de certas críticas feitas à diplomacia portuguesa, que subiram de tom, e a acavarem de insuficiente resposta ao contexto internacional, extremamente sensível à experiência política portuguesa.

Finalmente, o MES e a FSP, não vieram a fazer parte do Governo Provisório, nem mesmo o nível de secretários ou subsecretários de Estado.

Três sectores-chave

Se examinarmos de forma sectorial o IV Governo Provisório, três são os sectores-chave em que é sensível o reajustamento. São eles a Economia, os Negócios Estrangeiros e a Administração Interna. Pode até mesmo dizer-se que apenas um outro sector conjunturalmente estratégico não foi tocado: a Comunicação Social. E a principal razão para o facto deve ter residido na recente nomeação de Correia Jesuino, que, mais cedo ou mais tarde, terá de reestruturar o seu Ministério e escolher um ou mais subsecretários para o coadjuvarem, respectivamente, em questões de informação interna e internacional.

O esquema adoptado para o sector económico regressa, em larga medida, ao do último Governo de Marcelo Caetano (há precisamente um ano), afastando-se da orgânica governativa tradicional. Assim, existe um ministro coordenador com superintendência no prazo, embora sem direcção gestão, do departamento das Finanças (e esta é a principal diferença em relação à estrutura de Março de 1974).

A Indústria e a Tecnologia, a Agricultura e o Comércio Externo passam a constituir ministérios autónomos. O Abastecimento Público e Preços passam a depender do Ministro para o Planeamento e Coordenação Económica, através de um secretário de Estado, podendo a tendência ser a de ir integrando os serviços respectivos em cada qual dos três Ministérios acima referidos.

Encerra-se, assim, um ciclo de um ano, durante o qual vários foram os signatários ensaiados quanto aos departamentos económicos, começando-se numa integração total no I Governo Provisório (com um Ministro de Coordenação Económica, que era inclusive Ministro das Finanças), até se atingir a autonomização ampla deste IV Governo Provisório.

Quanto aos titulares, para além dos já referidos, e de uma apreciável renovação dos secretários de Estado (designadamente saindo todos os membros PS da anterior equipa económica), verifica-se a deslocação de Silva Lopes para o Comércio Externo, e a entrada de

João Cravinho — ex-MES (com João Martins Pereira como secretário de Estado), e de Fernando Oliveira Baptista — independente, que foi aluno e discípulo de Bettelheim —, respectivamente para a Indústria e Tecnologia e para a Agricultura. (Veja-se o longo comentário lido nas páginas económicas à remodelação governativa neste sector).

A pasta dos Negócios Estrangeiros mudou de mãos. E tudo leva a crer que possa verificar-se uma inflexão da política externa portuguesa.

Esta inflexão tenderá a criar o acento tónico na independência nacional face aos imperialismos, e sobretudo face aos EUA e Europa (para que se virou predominantemente Mário Soares, enquanto MNE). Também se operaria uma abertura ao 3.º Mundo, mais ampla do que aquela que decorreu do acelerado processo de descolonização. Nesta enorme tarefa (que se cumula com uma política de "public relations" em países hoje muito polarizados na situação interna portuguesa), Melo Antunes será coadjuvado por Jorge Campinos e por Jorge Sampaio (um homem ex-MES, que chegou a desloca-se a ONU nos primeiros do 25 de Abril, mas que a teimosia impetuosa do então Presidente da República na defesa de um "Commonwealth português" veio a repeli-lo).

Melo Antunes é, sem dúvida, uma das cabeças dominantes do MFA, ao ponto de se falar amizade da linha Melo Antunes, como uma das orientações que existem dentro do Movimento.

A sua nomeação para as Necessidades vai colocá-lo em posição de natural relevo nas relações com os mais variados países e projectá-lo nos escaparates da política internacional.

Mas tudo tem o seu custo: o custo, prevalente desta posição externa não pode deixar de ser uma menor presença nos meandros da política interna. Membro do Conselho da Revolução (depois de um rearranjo a que não foram estranhas à sua pessoa e Vitor Crespo, vindo de Moçambique), Melo Antunes ficará a braços com a questão (que sempre se põe a um Ministro dos Negócios Estrangeiros) de grande parte do seu tempo não poder ser utilizado internamente. O que, no caso de Melo Antunes, significa internamente em Portugal, e internamente no seio do próprio MFA.

Jorge Sampaio vem desempenhar uma função que tenderá a substituir o Ministério da Coordenação Interterritorial, à medida que se aproxima do seu termo o processo de descolonização em curso. Parece que chegou mesmo a aventar a hipótese de dar, imediatamente, esse passo, mas, depois, o próprio agravamento da situação em alguns dos territórios



Com a formação do IV Governo Provisório acentua-se a linha de "independentização" do MFA relativamente aos partidos na via política portuguesa que se vai originalizando

teria levado a manter, por agora, o foro específico do Ministério da Coerência, do Intervençãoismo. Para além do caso específico de Jorge Sampaio, também a entrada de Cravinho pode querer significar que o núcleo de socialistas independentes, ex-MES (e potencialmente núcleo de um novo partido socialista) ganha peso político. O que alguns observadores relacionam com o ministro Melo Antunes.

Finalmente, a Administração Interna muda de titular. No momento preciso em que algumas alterações relevantes de estrutura eram ensaiadas (como por exemplo, a da fusão do Comando-Geral da GNR e da PSP).

Costa Brás sai do Governo, dias depois de se tornar evidente a sua ausência da composição do Conselho da Revolução, para dar lugar ao Major António Metelo, que ainda não designou os seus futuros secretários de Estado.

Círculos normalmente bem informados entendem que o major Metelo é da confiança pessoal do próprio Presidente da República, além de o ser, como é compreensível, do Primeiro Ministro.

Aliás, tem sido uma constante desta pasta, desde a formação do II Governo Provisório, a sua ligação directa quer a S. Bento, quer a Belem.

A pasta da Educação (da qual não veio a sair para já a Cultura,

ao contrário do que muitos esperaram) tem sido das mais movimentadas em relação de titulares. Nuno espasmo de 11 meses, tomou posse o 5.º Ministro da Educação. Foi Veiga Simão, antes do 25 de Abril; foi, depois, Eduardo Correia; seguiu-se-lhe Vitorino Magalhães Godinho; sucedeu-lhe Rodrigues de Carvalho. Agora é a vez do major José Emílio da Silva, que passou meteoricamente pela RTP, e que ainda não indicou se manerá ou não os secretários de Estado desta pasta. Viremos como o novo Ministro orientará a gestão deste departamento.

Dos restantes ministros que ficaram, pouco haverá a dizer. Já

convirá apontar a nomeação dos novos secretários de Estado do Planeamento Económico, Diogo Pinto; do Tesouro, Mário Brandão Ferreira; das Finanças, Almeida Serra; da Segurança Social, Vasco Graça Moura; da Saúde, Carlos Macedo; e da Habitação e urbanismo, Eduardo Pereira (com a saída de Nuno Portas).

Gaspar Ribeiro Teles (do IPPM) continuou nas mesmas funções, tal como Mário Ruivo e Machado Rodrigues, para só falar daqueles de cuja saída se chegou a falar. Também o sector do Trabalho permaneceu intocado o que, já era de calcular em virtude da ausência do ministro Costa Martins, primeiro na Suécia e Grã-Bretanha, e depois, na URSS.

Governo para 6 meses?

No discurso que fez na tomada de posse do novo Governo, o primeiro ministro, Vasco Gonçalves, referiu que ele deveria durar até ao desfecho das eleições legislativas do fim do ano (ou seja cerca de 6 meses). Desta forma ficou respondida a pergunta que se faziam observadores políticos acerca de uma eventual alteração do Governo Provisório depois das eleições para a Constituinte.

Também tentando fazer o ponto dos principais problemas que o novo Governo terá de enfrentar, o primeiro ministro seriu um conjunto de prioridades de actualização a que poderemos acrescentar algumas mais.

Assim, se se pensar no sector económico, o Governo terá de reformular o Plano Económico-Social, hoje já em larga medida ultrapassado, de alterar as estruturas da Administração Económica, de prosseguir as reformas iniciadas pela nacionalização da banca e dos seguros, de encetar a reforma agrária, e de adoptar medidas conjunturas urgentes, sobretudo nos domínios do desemprego, inflação e desequilíbrio externo.

No plano externo, as preocupações acima apontadas ficam acrescidas pelos presentes acontecimentos de Angola, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe. (vide comentário na pág. 2).

No plano da Administração Interna, as questões — sua legalidade e clima político inter-partidário — encontram-se no topo das prioridades do futuro

próximo do país. E, logo a seguir, o problema da reforma integral da administração pública.

Os departamentos dos Assuntos Sociais, e dos Transportes e Comunicações, enfrentam problemas, na aparência menos graves, mas no fundo não menos importantes. Pense-se na reestruturação do sistema de segurança social, na montagem do sistema nacional de saúde, na continuação dos estudos em curso sobre a condição sócio-económica da mulher, na nacionalização dos transportes e na resolução dos conflitos de trabalho deste sector.

No todo, o presente Governo, que representa uma nitida "viragem à esquerda", e que — segundo o Presidente Costa Gomes, tem uma função essencial a desempenhar no momento actual, vai submeter-se a um duplo teste:

1.º — mostrará a presente estrutura, sobretudo das partes económicas, uma flexibilidade de que careciam os Governos precedentes e, sobretudo, uma capacidade de acção sem a qual não se pode falar em verdadeira actividade governativa?

2.º — revelará a coligação quadripartidária uma maior conjugação de esforços e a acção de uma estratégia comum, que se sobreponha ao jogo dos interesses (imediatos ou mediatos) dos Partidos?

Se estas questões são cruciais,

outras três há que o não são menos e constituem até o núcleo do processo político português:

a) Como se conciliará a acção do IV Governo Provisório com a do Conselho de Revolução, e outros órgãos institucionalizados do MFA, força motriz do processo revolucionário?

b) Quem orienta e quem orientará no futuro o processo revolucionário português, para além das igualdades formais das posições dos diversos partidos no Governo Provisório, ou dos concertos momentâneos das tácticas avulsas daqueles partidos? Pergunta a que, em parte, responde esta remodelação ao actualizar um papel presente do MFA na evolução portuguesa bem como um afastamento do MFA em relação a qualquer partido.

c) Em que termos se solucionará a questão posta de forma clara pelo Presidente Costa Gomes na cerimónia de posse do novo Governo: "terminaremos reafirmando o desejo imediato de mais autoridade democrática com menos extremismos de vocação autocrática"?

E que, mais importante que as 11 horas de reunião dos Conselhos de Ministros, ou do que a publicação interna de legislação, é a capacidade do Governo Provisório de resolver, por antecipação, e dentro das linhas definidas pelo MFA, os principais problemas internos e de executar, de forma minuciosamente suficiente, as reformas planeadas, legisadas e constantes do "Diário do Governo".